



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Relatório
da
Reunião do “Group Med”



16 e 17 de maio de 2016

XIII Legislatura

1.ª S.L.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

RELATÓRIO

REUNIÃO DE PRESIDENTES DE COMISSÕES DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DE DEFESA
DOS PARLAMENTOS DO MEDITERRÂNEO
("GRUPO MED")

- I. Enquadramento
- II. Antecedentes
- III. Lista de Participantes
- IV. Do Programa de Atividades
- V. Reunião do Grupo
- VI. Visita a centros de acolhimento temporário de migrantes/refugiados.
- VII. Conclusões
- VIII. Caderno de Anexos

///

I - Enquadramento.

1. Nos passados dias 16 e 17 de maio do corrente ano, deslocou-se a Atenas o Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP), Deputado Sérgio Sousa Pinto, a fim de participar num Encontro no âmbito

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

do informalmente denominado “Grupo Med”, que pretende agrupar os Presidentes das Comissões Parlamentares de Negócios Estrangeiros, e de Defesa, dos países do Mediterrâneo.¹

2. O Programa de Atividades, organizado pelo Parlamento grego, é o disponibilizado no documento constante do Anexo I ao presente Relatório, que aqui se dá por integralmente reproduzido.

Dentro do Programa previsto, e na parte relativa ao Encontro propriamente dito, as matérias a abordar eram as descritas na respetiva Agenda, documento este identificado como Anexo II.

3. De notar, no âmbito da elaboração da Agenda, terem sido previamente questionadas todas as representações parlamentares participantes, no sentido de possibilitar o agendamento de outras matérias além das inicialmente previstas. Neste seguimento, tratando-se de um encargo de representação que é, em função da matéria, do interesse das 2.ª, 3.ª e 4.ª Comissões Parlamentares, foram as mesmas diretamente questionadas acerca de tal possibilidade, nada tendo sido aduzido a tal propósito.

II - Antecedentes.

4. Durante a reunião da PESC/PCSD², ocorrida em Haia, no passado mês de abril, em plena sala de reuniões e na presença de toda a delegação parlamentar nacional, o Senhor Costas Douzinas, chefe da delegação parlamentar grega àquela reunião, abordou o Senhor Presidente da CNECP, no sentido de aferir do interesse de Portugal em participar num fora de discussão estritamente relacionado com a PESC/PCSD, no qual pudessem ser partilhados pontos de vista pelos diferentes países da faixa mediterrânica do sul da Europa. Para discutir tal possibilidade em concreto, disponibilizou-se o Senhor Douzinas para, em data a designar oportunamente, promover tal reunião em Atenas.

¹ Integrou, ainda, a representação parlamentar nacional, o assessor da CNECP;

² Abreviatura de Política Externa e de Segurança Comum/Política comum de Segurança e Defesa;

5. O convite foi aceite pela delegação portuguesa, tendo sido formalizado através de carta do Senhor Douzinas, da qual se junta um exemplar, identificado como Anexo III.
6. Deve sublinhar-se que anteriormente ao início da reunião de Haia, já alguns dos representantes dos países em causa haviam efetuado uma primeira reunião, na qual Portugal não conseguiu participar _ embora convidado para o efeito _, dada a incompatibilidade com o horário de chegada da delegação parlamentar nacional àquela cidade.
7. Dado que a coordenação da representação portuguesa no âmbito das reuniões PESC/PCSD para o semestre em curso competia à CNECP, foi por esta assumido o respetivo encargo representativo, sem prejuízo das demais consultas a promover junto das Comissões envolvidas.

III - Lista de Participantes.

8. Na reunião de Atenas, participaram, além da delegação grega, delegações de Chipre, Espanha, Itália e Portugal, cuja composição em concreto, é a constante da Lista de Participantes que se junta e identifica como Anexo IV.

IV - Do Programa de Atividades.

9. O Programa desta reunião repartiu-se por dois dias seguidos, 16 e 17 de maio. No dia 16 realizou-se a reunião do Grupo nas instalações do Parlamento helénico. Com início apurado para as 15.30 horas, a reunião viria a iniciar-se, apenas, pelas 16.30 horas. No final, estava prevista a ocorrência de um período de declarações à imprensa, seguido de jantar. Para o dia 17, estava prevista a visita a um centro de acolhimento temporário de refugiados, situado em Atenas, terminando as atividades com um almoço ligeiro, nas instalações do Parlamento.

V – Reunião do Grupo.

9.1. De acordo com o previsto na Agenda, a reunião iniciou-se pela consensualização de regras básicas de funcionamento da presente reunião.

9.2. De seguida, foram discutidos os princípios norteadores do funcionamento do Grupo no futuro, designadamente, procedimentos internos, convocação e formas de atuação em geral, tendo havido consenso relativamente aos seguintes princípios gerais de atuação, a formalizar oportunamente:

- i) O Grupo debruçar-se-á, exclusivamente, sobre matérias relacionadas com a PESC/PCSD, mantendo estreitas relações com a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo e, ainda, com outros Parlamentos de países do Mediterrâneo que não pertençam à União;
- ii) Podem integrar o Grupo os membros das Comissões Parlamentares dos países do Mediterrâneo que, sendo membros da União Europeia, participem normalmente nas reuniões interparlamentares alusivas à PESC/PCSD;
- iii) As reuniões do Grupo devem ocorrer em data e local confluente com as reuniões interparlamentares no âmbito da PESC/PCSD, precedendo-as, ou ainda, sempre que uma maioria de países-membros assim o decida;
- iv) Todas as decisões, recomendações e demais documentação imputável ao Grupo, carecem de aprovação por consenso;
- v) Os encargos organizativos das reuniões devem ser reduzidos ao mínimo;
- vi) As reuniões do Grupo serão convocadas, organizadas e dirigidas numa base de rotatividade, seguindo a ordem alfabética de cada país, expressa em língua inglesa.

9.3. Da discussão alusiva aos “Desafios de segurança da região do Sahel” (tema de discussão proposto pela Espanha), resultou unanimidade de pontos de vista relativamente aos seguintes aspetos:

- a) Necessidade de garantir estabilidade social e política, como condição para estancar a forte emigração que daquela região ruma à Europa;
- b) Que a mencionada estabilidade não prescinde, pelo contrário, obriga à afetação de recursos básicos de sobrevivência das populações (água, alimentação e medicamentos) e, numa segunda fase, de ajuda ao desenvolvimento de forma a fixar populações nos seus territórios de origem;
- c) É difícil esperar que os países africanos do Mediterrâneo consigam lidar com o fluxo massivo de emigrantes que fogem de conflitos regionais _ oriundas, fundamentalmente, do Mali, Níger e Sudão ;
- d) Necessidade de conferir maior atenção à situação da Líbia, potencial ponto de apoio do DAESH na região, atento o fator fortemente desestabilizador de tal situação para todo o Mediterrâneo.

9.4. Intervenção Ministro grego para a Política de Imigração,³ Senhor Giannis Mouzalas.

9.4.1. Na sua intervenção, o Senhor Mouzalas traçou uma panorâmica do problema dos refugiados na Grécia, desde o início do corrente ano. Sublinhando que a Grécia não possui recursos financeiros para receber semelhante fluxo de emigrantes estrangeiros, referenciou o apoio que tem vindo a ser prestado por organizações não-governamentais, designadamente na prestação de cuidados básicos de saúde e distribuição de alimentos. Sabe que a situação em que os refugiados se encontram não

³ Tradução livre do inglês, *Minister of Immigration Policy*;

é a ideal, defendendo a necessidade de construir campos de refugiados com outras condições, beneficiando de auxílio da UE.

9.4.2. Sublinhou, ainda, que a esmagadora maioria dos emigrantes/refugiados não pretendem estabelecer-se no país, pretendendo seguir caminho para a Alemanha e países nórdicos, pelo que, no seu entendimento, esta situação de pressão social apenas se resolve com a abertura de fronteiras a jusante.

9.4.3. Salientou, ainda, a política de fronteiras seguida pelos países balcânicos a norte da Grécia, cujas decisões unilaterais de encerramento de fronteiras tem vindo a fazer aumentar a crise humanitária na Grécia, estimando existirem em território grego, presentemente, cerca de 20 mil emigrantes e refugiados, não obstante o recente desanuviamento derivado dos acordos entre a União e a Turquia, embora duvide da capacidade e das intenções turcas em cumprir o acordado.

9.4.4. A finalizar, recusou a visão de alguns países da União, designadamente, a Bélgica e a Holanda, que, segundo referiu, pretendem transformar a Grécia num gigantesco campo de refugiados.

9.5. A discussão e redação de uma **Declaração Final (ou “Declaração de Atenas”)**, constava como o último ponto da Agenda de trabalhos. Foi discutida uma formulação final, capaz de traduzir uma posição conjunta dos países participantes na reunião.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas



Foto 1: Final dos trabalhos, antes da prestação de declarações à comunicação social.

- 9.5.1. Preliminarmente, referiram as delegações italiana e portuguesa a necessidade de rever os termos constantes da referência preambular do projeto de Declaração (constante do Anexo V), pois nenhum dos dois países possui mandato específico para decidir sobre a criação do Grupo, tão só e apenas, contribuir para que a mesma possa vir a ocorrer, assim se ressalvando as específicas competências parlamentares envolvidas. Todos os países representados concordaram com a necessidade de tal alteração no texto final.
- 9.5.2. Seguidamente, tendo por base o já mencionado projeto inicial, foram analisadas e discutidas propostas de alteração de Itália, Espanha e Chipre, constantes do documento de trabalho identificado como Anexo VI, assim

como, sucedaneamente, de algumas contrapropostas de cariz conciliatório apresentadas por Portugal e Grécia.

9.5.3. No caso de Portugal, foram sugeridas alterações tendentes a:

- a) Diluir algumas referências, entendidas como diplomaticamente excessivas, associando os princípios da solidariedade e da democracia, exclusivamente, a uma “herança mediterrânica”;
- b) Eliminar as referências à intenção de atribuir a este Grupo um papel de liderança no estabelecimento da política da União para o Mediterrâneo, salientando, outrossim, a existência de interesses e desafios comuns aos países do Mediterrâneo, em função das respetivas tradições sociais e culturais;
- c) Atenuar referências ostensivamente duras, relativas a práticas e posturas políticas tomadas por certos países em reação aos fluxos migratórios (seja a construção de muros e vedações, seja a referência à construção de outros grupos regionais dentro da União);
- d) Retirar qualquer referência à NATO ou ao seu papel na presente crise, de forma a evitar que esta organização pudesse ser colocada no mesmo patamar de relevância de outras organizações, como era intenção inicial da Grécia e do Chipre;
- e) Finalmente, alargar o âmbito das referências à *reversão de políticas de austeridade*, optando por uma fórmula mais abrangente, onde o acento tónico viesse a ser colocado na necessidade de rever as políticas de governança económica da União.

9.5.4. No final, foi possível consensualizar um projeto de Declaração Final, cuja redação foi confiada à parte grega, com o propósito de, uma vez consoli-

dada, ser remetida às diferentes delegações, para aprovação final, e que é a constante do Anexo VII ao presente Relatório.

9.5.5. Na data em que foi concluído o presente Relatório, este projeto é igualmente do conhecimento das 3.ª e 4.ª Comissões, as quais, a par da 2.ª Comissão, reservaram a sua análise para sessão ordinária para análise e eventual aprovação.

V - Visita a Centros de Acolhimento temporário.

10. Constava do Programa de atividades, para o dia 17 de maio, uma visita a um dos campos de refugiados erigidos pelas autoridades gregas. Na realidade, foram visitados dois desses campos, na cidade de Atenas. Um primeiro, situado nas instalações do antigo aeroporto Hellenikon. Outro, o de Eleonas, nas imediações do porto do Pireu.

10.1. Centro de Acolhimento de Hellenikon.

10.1.1 Este Centro aproveita boa parte da área do antigo aeroporto, encerrado em 2001, designadamente, as coberturas da antiga aerogare _ onde se acumulam inúmeras tendas e as famílias que as ocupam _, e a própria área da antiga placa do aeroporto, onde foram instaladas tendas de campanha em lona com beliches militares.



Foto 2: Aspeto da praça de acesso às antigas instalações aeroportuárias.

10.1.2. Residem aqui, aproximadamente, 6 mil pessoas, cujo número tende a aumentar, caso não seja facilitado o trânsito para os países de destino ou, em alternativa, o respetivo repatriamento.



Foto 3: À conversa com uma das responsáveis do campo de Hellenikon.

10.1.3. Foram mantidas conversações com os responsáveis pela administração do centro, onde foi possível conhecer, em concreto, as dificuldades mais sentidas no dia-a-dia da vida neste local, bem como as necessidades mais urgentes dos ali (temporariamente) residentes, com os quais, aliás, foi facultado acesso direto e sem restrições.



Foto 3: Aspeto do quotidiano em Hellenikon



Foto 5: Tendas montadas a descoberto.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas



Foto 6: Panorâmica geral de acomodações na placa do antigo aeroporto.



Foto 7: Imagem do edifício observado na fotografia anterior, correspondente ao edifício principal da antiga aerogare.



Foto 4: Acampamento improvisado no interior das antigas instalações aeroportuárias.

10.2. Centro de Acolhimento de Eleonas.

10.2.1. Neste centro de acolhimento encontram-se cerca de 750 migrantes, num espaço de acesso vedado e controlado por uma guarnição militar residente, sendo visível a colaboração do ACNUR. Com menos população residente, possui um conjunto de infraestruturas básicas (posto médico, refeitório, balneários e parque infantil), sendo a acomodação feita em tendas com beliches militares.

10.2.2. A visita a este centro decorreu com maior controle por parte da segurança militar, embora tenha sido perfeitamente constatável a totalidade do espaço e as condições de vida no mesmo.



Foto 8: Já em Eleonas, perspetiva do acampamento no centro de acolhimento.

10.3. Pelo que foi dado a ver em ambos os centros de acolhimento, cerca de 60% dos residentes aparentam ter idade inferior a 14 anos, constatando-se a existência de um número apreciável de crianças com idades inferiores a 10 anos.



Foto 10: A magia da bola, ou a indestrutível resiliência das crianças face à adversidade...

- 10.4. Segundo informações recolhidas junto das fontes gregas responsáveis pela administração destas instalações, cerca de 95% da população residente é composta por migrantes com motivação económica.
- 10.5 Em termos de origem geográfica, os deslocados residentes nestes Centros são maioritariamente curdos _ oriundos do Curdistão turco e iraquiano _, e afegãos. Em menor escala, regista-se a presença de marroquinos, mauritanos e sírios.



Foto 9: Aspeto específico do interior de uma tenda masculina.



Foto 11: Registo de uma greve de fome efetuada pela população residente no campo (maioritariamente crianças), protestando contra a sua retenção em Atenas.

VI - Conclusões

- A) O “Grupo Med” pretende ser uma plataforma ágil e flexível, atuante no domínio exclusivo das políticas europeias de segurança e defesa com incidência geográfica regional, possibilitando a discussão de problemas comuns e a troca de pontos de vista entre os países membros da União implantados na região mediterrânica.

- B) Foi notada a ausência da França e de Malta, países inicialmente convidados para o primeiro encontro ocorrido ainda em Haia, desconhecendo-se a respetivas motivações. Por outro lado, não foram originariamente convidados países como a Croácia e a Eslovénia, não tendo sido dadas explicações para o facto (embora se

possa especular não ser tal situação estranha à postura evidenciada por tais países em matéria de política de controle das suas fronteiras, com reflexos no escoamento dos deslocados estacionados em território grego).

- C) O funcionamento do Grupo pretende obedecer a uma lógica de contenção de custos, à qual está associado o princípio-regra de reuniões aquando da realização das conferências interparlamentares da PESC/PCSD.
- D) O relevo e o futuro deste Grupo dependerão em muito da natureza das matérias a abordar em futuras reuniões no âmbito da PESC/PCSD e do rumo das respetivas políticas. No mais curto prazo, a viabilidade prática deste Grupo dependerá do impulso (e do interesse) que vier a ser dado pela Itália, a quem compete preparar a próxima reunião, presumivelmente na Eslováquia, durante o próximo semestre.
- E) Sem embargo, a fórmula de funcionamento parece ser uma ferramenta interessante do ponto de vista do exercício da diplomacia parlamentar, perfeitamente conjugável com os trabalhos, de índole mais genérica e abrangente da Assembleia Parlamentar dos Países do Mediterrâneo, com a qual, de resto, se pretende cultivar relacionamento estreito.
- F) A Portugal, interessa acompanhar a evolução e o trabalho deste Grupo, porquanto:
 - i) A mera consideração do fator geográfico evidencia um importante conjunto de ligações de proximidade com toda a faixa africana do Mediterrâneo, estrategicamente relevante, a vários níveis, para o interesse nacional e europeu;
 - ii) A Espanha parece, para já, depositar razoável interesse no funcionamento deste Grupo, evidenciando uma postura de participação ativa e construtiva que Portugal não pode (nem deve) deixar de acompanhar.

- iii) O âmbito, formulação e funcionamento previsto para este Grupo pode, no mínimo, constituir um elemento facilitador e potenciador da capacidade de avaliação e influência das posições portuguesas no contexto da definição de políticas de defesa e segurança de incidência regional. Ademais, ao reforçar boas práticas de inter-relacionamento e cooperação informal entre parlamentares dos países representados, habilita a uma melhor presciência das diferentes variáveis geoestratégicas em presença.

O Presidente da Comissão



(Sérgio Sousa Pinto)

VII

CADERNO DE ANEXOS

I – Programa de Atividades

II – Agenda da Reunião

III – Cartas de Convite

IV – Lista de Participantes

V – Texto da Proposta inicial de Declaração Final da Reunião

VI – Texto da Declaração Final (com emendas)

VII – Texto da Declaração revisto para aprovação final



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

I – Programa de Atividades



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

II – Agenda da Reunião



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

III – Cartas de Convite



IV – Lista de Participantes



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

V – Texto da Proposta inicial de Declaração Final da Reunião



VI – Texto da Declaração Final (com emendas)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

VII – Texto da Declaração revisto para aprovação final

VII

CADERNO DE ANEXOS

I – Programa de Atividades

II – Agenda da Reunião

III – Cartas de Convite

IV – Lista de Participantes

V – Texto da Proposta inicial de Declaração Final da Reunião

VI – Texto da Declaração Final (com emendas)

VII – Texto da Declaração revisto para aprovação final



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

I – Programa de Atividades



HELLENIC PARLIAMENT

**Meeting of the "Group Med" of the Chairpersons of the Foreign and Defense Committees
of the Mediterranean Parliaments**

Athens, 16-17 May 2016

Programme

Monday, 16 May 2016

Arrival of the delegations

15:30 Meeting of the Group Med

Venue: Hellenic Parliament, 22-24 Amalias Avenue

19:00 Press Statements

20:00 Dinner, Athinaikon, 34 Mitropoleos Street

Tuesday, 17 May 2016

10:00 Visit to a temporary refugees accommodation center in Athens

12:30 Light lunch at the Hellenic Parliament restaurant

Departure of delegations



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

II – Agenda da Reunião



HELLENIC PARLIAMENT

**Meeting of the "Group Med" of the Chairpersons of the Foreign and Defense Committees
of the Mediterranean Parliaments**

Athens, 16-17 May 2016

Agenda

15:30 – 17:00 Setting up the Group Med – procedures, principles, future collaboration and issues of current concern.

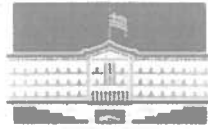
"Security challenges in the Sahara Sahel region: the role of the CFSP"
(suggested by the Spanish Delegation).

17:00 – 18:00 Refugee Crisis – Keynote Speaker Mr. Giannis Mouzalas, Minister of Immigration Policy and Mr George Kyritsis, Government Spokesperson (tbc).

18:00 – 19:00 Conclusions, adoption of Athens Declaration.



III – Cartas de Convite



HELLENIC PARLIAMENT

Athens, 20 April 2016

Dear colleagues,

Following the informal meeting of the Chairpersons of the Foreign and Defense Committees of the Mediterranean Parliaments in The Hague and our decision to establish a Parliamentary "Group Med", I would like to invite you to our first meeting in Athens, on 16 – 17 May, 2016.

The meeting will take place in the premises of the Hellenic Parliament, in the afternoon of May 16. On May 17, we will organise a visit to a temporary refugees accommodation center. More detailed information will be forwarded in due course. At the meeting we will discuss, amongst others, our future collaboration and issues of current concern.

We kindly request you to confirm your participation and suggest topics that you would like us to put on the agenda by Wednesday 27 April.

Looking forward to seeing you in Athens, please accept, dear Colleagues, my warm regards.

Konstantinos DOUZINAS,
Chairman of the Standing Committee
on National Defence and Foreign Affairs of the
Hellenic Parliament

Dear Colleagues,

Let me first thank you for your visit of Athens and your participation at the first meeting of the Group Med and the friendly and robust debate.

I apologise for the delay in sending you the draft of the Athens Declaration which is due to the fact that the Hellenic Parliament has been debating the last law implementing last year's agreement with the Troika. This law includes a large number of measures - it is 300 pages long - and I have been dealing with it. We will be voting on it this Sunday.

We have made some minor editorial changes to the draft Declaration based on our discussion on Monday. I hope that the text includes all changes proposed during the meeting. If you have any comments, please send them by Friday 26 May. I am about to go to Australia on a lecture tour but I will be in touch with Ms Smyrnioti and Mr Sotiropoulos to ensure that as soon as we have your approval it can go to the Press.

On another matter, we met today a European Parliament Committee which presented to us the Commission proposals on the reform of European asylum law (the Dublin III regulation), the Eurodac and the new Frontex amongst others. There was a rather limited discussion in Parliament of only 60 minutes. I therefore invited the EuroMPs to visit again Athens to debate these issues in detail with the Defence and Foreign Relations Committee which I chair. We will see whether this happens.

It seems to me however that this an issue that we as the Group Med could take a common view. It would be our first substantive intervention and could take either the form of a visit to Strasbourg to discuss the draft regulations with MPs and Commission representatives or a joint commentary on the regulation which we could submit to the European Parliament. I personally think that such a move is a natural development from our meeting and declaration in Athens. Obviously of course such an initiative depends on a number of Parliaments participating.

Let me know on both counts, first on the declaration and, second, on the proposal for an intervention in relation to one of the most important legislative changes in European law in an area of major concern to all of us.

I wish you a pleasant weekend, I won't have one I am afraid.

Costas

Professor Costas Douzinas
Member, Hellenic Parliament
Chair, Standing Committee on National Defence and Foreign Relations
Professor of Law
Director, Birkbeck Institute for the Humanities
Birkbeck College University of London



IV – Lista de Participantes



HELLENIC PARLIAMENT

**Meeting of the "Group Med" of the Chairpersons of the Foreign and Defense Committees
of the Mediterranean Parliaments**

Athens, 16-17 May 2016

List of Participants

CYPRUS House of Representatives

Mr. Georgios VARNAVA
Chairman of the Standing Committee on Defence

Ms. Sophie TSOURIS
International Relations Officer

GREECE Vouli ton Ellinon

Mr. Costas DOUZINAS
Chairman of the National Defence and Foreign Affairs Committee

Mr. Dimitris EMMANOUILIDIS
Vice Chairman of the National Defence and Foreign Affairs Committee

Ms. Maria TRIANTAFYLLOU
Secretary of the National Defence and Foreign Affairs Committee

Mr. Ioannis KEFALOGIANNIS
Member of the National Defence and Foreign Affairs Committee

Ms. Peggy Smyrnioti,
European Affairs Directorate Official

Mr. Michalis Sotiropoulos
Advisor to the Chairman of the National Defence and Foreign Affairs Committee

ITALY

Camera dei Deputati

Mr. Paolo ALLI
*Member of the Foreign Affairs Committee, Vice Chairman of the Parliamentary Assembly at
NATO*

Ms. Francesca PIAZZA
Counselor of the Foreign Affairs. Committee

Senato

Mr. Paolo CORSINI
Vice Chairman of the Committee on Foreign Affairs

Mr. Federico PETRANGELI
Head of the Secretariat of the Committee on Foreign Affairs

PORUGAL Assembleia da República

Mr. Sergio Sousa PINTO

Chairman of the Foreign Affairs and Portuguese Communities Committee

Mr. Raul OLIVEIRA

Member of the secretariat of the Foreign Affairs and Portuguese Communities Committee

SPAIN Cortes Generales

Mr. Carlos ROJAS GARCIA

Member of the Cortes Generales

Ms. Carmen SANCHEZ ABARCA

Representative of the Cortes Generales to the European Union



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

V – Texto da Proposta inicial de Declaração Final da Reunião



HELLENIC PARLIAMENT

On April 4, the Heads of Delegations of the Foreign Relations and Defense Committees of the Mediterranean EU Parliaments meeting in the Hague resolved to create a Parliamentary "Group Med" to debate common interests and responses to shared challenges. On May 16-17, the Group Med met for the first time in Athens and agreed the following Athens Declaration.

Athens Declaration

The idea of Europe was born in the Mediterranean – in Athens and Rome. France and Italy, as founding members of the EU, were instrumental in giving this idea a political form. Spain, Portugal and Greece are early members whose accession after the fall of their dictatorships represents the democratic foundations of the Union. Malta and Cyprus have been long standing members of the Union with increased symbolic, material and geopolitical significance. The Mediterranean states form the heart of the European Union. Our Parliaments represent the Mediterranean people and the European principles of democracy, freedom and the rule of law.

The Mediterranean states have always faced common challenges caused by our joint interests and our common social and cultural traditions. In the last period, our states have been affected significantly by the financial crisis. More recently our close proximity to a region of tension and conflict made our countries face unprecedented refugee and migrant flows. The humanitarian response of our people when others are raising fences and walls and despite the economic hardships we went and are going through, has upheld the best traditions of Europe.

These common challenges call for common solutions and for a more coordinated EU action. Up until now, however the Mediterranean states' Parliaments have not developed a system for meeting, exchanging views and developing common responses to challenges, unlike other regional groupings within the Union.

We believe that the Mediterranean States and Parliaments should reclaim a leading role in the EU.

We believe that the EU states must share proportionately the burden of welcoming, caring and settling the refugees arriving in Europe as a result of wars and tension

close to our borders. We disagree strongly with the unilateral actions such as the closing of borders and with attempts of governments to exempt themselves from this shared burden.

We believe that the immediate and long-term solution to the refugee flows must respect International Law, the Geneva Convention and the principles of fundamental rights.

We believe that the time has come to stop and reverse the austerity policies imposed on the European states which proved, to a significant extent, counterproductive. The EU needs strong economic incentives in order to start the process of recovery and development.

We believe that the European Parliaments should create permanent mechanisms of discussion, coordination, decision, action and policymaking in relation to these common interests, challenges and priorities. The Group Med of Foreign Relations and Defense Committees is a first step in this direction.

VI – Texto da Declaração Final (com emendas)

Athens Declaration with amendmants

On April 4, the Heads of Delegations of the Foreign Relations and Defense Committees of the Mediterranean EU Parliaments meeting in the Hague ^{decided towards to} ~~promote the establishment~~ of a ~~resolved to create~~ (Italy) a Parliamentary "Group Med" to debate common interests and responses to shared challenges. On May 16-17, the Group Med met for the first time in Athens and agreed the following Athens Declaration. } *amend!*

Athens Declaration

think **The Mediterranean is the cradle of European civilizations, with its roots in Athens and Rome. The idea of Europe was born in the Mediterranean — in Athens and Rome. (Cyprus) The idea of Europe is based on the democratic and solidarity principles, ^{just if it was} of the Mediterranean heritage.** (Italy) France and Italy, as founding members of the EU, were instrumental in giving this idea a political form. Spain, Portugal and Greece are early members whose accession after the fall of their dictatorships represents the democratic foundations of the Union. Malta and Cyprus have been long standing members of the Union with increased symbolic, material and geopolitical significance. ~~The Mediterranean states form the heart of the European Union. Our Parliaments represent the Mediterranean people and the European principles of democracy, freedom and the rule of law. (Cyprus)~~

The Mediterranean states have always faced common challenges caused by our joint interests and our common social and cultural traditions, **as well as external factors** (Cyprus). In the last period, our states have been affected significantly by the financial crisis. More recently our close proximity to a region of tension and conflict made our countries face unprecedented refugee and migrant flows. The humanitarian response of our people **and leaderships** (Cyprus) ~~when others are raising fences and walls and~~ (Spain) despite the economic hardships we went and are going through, has upheld the best traditions of Europe.

We welcome the progresses consisting in considering our borders as the Southern borders of the European Union, even if we recognise that this perspective has to be strengthened and must become part of structural EU policies. (Italy)

Fight against human traffickers and illegal migration and rescue operations to save human lives must be improved and supported by the Eu and the whole international community. (Italy)

We welcome the decision of the EU to reinforce Frontex as well as to establish the Sophia mission as first steps to help our countries in facing the challenge of maritime migration. (Italy)

We welcome the decision of NATO to support maritime operations of our coasts guards and navies. (Italy)

These common challenges call for common solutions and for a more coordinated EU action. **This in turn calls for the development of a system for more regular meetings, exchanging views and developing common responses to challenges, like other regional groupings within the Union.** ~~Up until now, however the Mediterranean states' Parliaments have not developed a system for meeting, exchanging views and developing common responses to challenges, unlike other regional groupings within the Union.~~ (Cyprus)

We believe that the Mediterranean States and Parliaments should reclaim a **major leading role in the EU, to the benefit of the whole Union.** (Cyprus)

We believe that the EU states must share proportionately the burden of welcoming, caring and settling the refugees arriving in Europe as a result of wars and tension close to our borders, **as well as persisting economic/labour migrations from Northern Africa and the Sub-Saharan region.** (Italy) We disagree strongly with the unilateral actions, such as the closing of borders and with attempts of governments to exempt themselves from this shared burden.

We believe that the immediate and long-term solution to the refugee flows must respect ~~International Law, the Geneva Convention and the principles of fundamental rights.~~ **the principles of fundamental rights, International Law and the Geneva Convention on the Status of Refugees.** The solution should also address **(the root causes of conflict and terrorism.)** *Timor made!* We also believe that all conflicts must be resolved on the basis of international law, human rights principles and pertinent decisions of the United Nations. (Cyprus)

We consider essential that the EU sets up specific measures to support those countries facing the migration and refugee phenomenon as front-end to the entire Europe, including financial aids, exclusion of costs sustained by Government from the Stability and Growth Pact. (Italy)

We believe that the Dublin Treaty revision must be started as soon as possible and that the Schengen Treaty must be considered as vital asset of the EU acquis" (Italy)

~~We believe that the time has come to stop and reverse the austerity policies imposed on the European states which proved, to a significant extent, counterproductive. The EU needs strong economic incentives in order to start the process of recovery and development. We believe that all existing diplomatic channels should be promoted in the search for peace in conflict countries that are the source of the current massive displacement of people. An integrated asylum policy in the EU and a genuine European integration policy should be developed, excluding asylum from the confrontation of parties, ensuring the maximum institutional loyalty.~~ (Spain)

We believe that the time has come to stop and reverse the austerity policies imposed on the **some** European states which proved, to a significant extent, counterproductive **and caused extreme economic and social hardship.** The EU needs strong economic incentives in order to start the process of recovery and development **and combat high unemployment and social exclusion.** (Cyprus)

We believe that the time has come to stop and reverse the austerity policies imposed on the European states which proved, to a significant extent, counterproductive. The EU needs strong economic incentives in order to start the process of recovery and development. In the perspective of building a more conscious Europe based on common and shared values, solidarity and cohesion, we believe that time has come to revise the austerity policies imposed on European States and to strongly support a development strategy. Such strategy shall be based on two pillars: member States shall continue to improve reforms, efficiency of public administration and suitable reduction of public expenditures, while the EU shall activate adequate financial policies and economic incentives. Such policies shall pay particular attention to those States which, in addition to the effects of global economical and financial crisis, have been affected by serious economic, social and political troubles, connected to the refugee/migration crisis". (Italy)

Two weeks

We believe that the time has come to stop and reverse the austerity economic policies imposed on the European states which proved, to a significant extent, counterproductive which have caused extreme economic and social hardship in some EU Member States. The EU needs strong economic incentives in order to start the process of recovery and development. (Greece)

We believe that the European Parliaments should create permanent mechanisms of discussion, coordination, decision, action and policymaking in relation to these common interests, challenges and priorities. The Group Med of Foreign Relations and Defense Committees is a first step in this direction.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

VII – Texto da Declaração revisto para aprovação final

(AFTER MEETING DRAFT – 25 MAIO)

On April 4, a Group of Heads of Delegations of the Foreign Affairs and Defence Committees of the Mediterranean EU Parliaments meeting in The Hague decided to work towards establishing a Parliamentary “Group Med” to debate common interests and responses to shared challenges. On May 16-17 representatives of Cyprus, Italy, Greece, Portugal and Spain met for the first time in Athens and agreed the following Athens Declaration, pending confirmation by the participating Parliaments.

Athens Declaration

The Mediterranean is the cradle of European civilization, with its roots in Athens and Rome. France and Italy, as founding members of the EU, were instrumental in giving this idea a political form. Spain, Portugal and Greece are early members whose accession after the fall of their dictatorships represents the democratic foundations of the Union. Malta and Cyprus have been long standing members of the Union with increased symbolic, material and geopolitical significance. The Mediterranean States have always faced common challenges caused by our joint interests and our common social and cultural traditions, as well as by external factors. In the last period, our states have been affected significantly by the financial crisis. More recently our close proximity to a region of tension and conflict made our countries face unprecedented refugee and migrant flows. The humanitarian response of our people and leaderships despite the economic hardships we went and are going through, has upheld the best traditions of Europe. Furthermore, conflicts and instability in the wider region have created serious security threats.

These common challenges call for common solutions and for a more coordinated EU action. This in turn calls for the development of a system for more regular meetings, exchanging views and developing common responses to challenges, like other regional groupings within the Union. We believe that the Mediterranean States and Parliaments should reclaim a major role in the EU for the benefit of the whole Union.

We welcome the latest steps undertaken to improve the rescue of human lives at sea and the fight against human trafficking, as well as the progress in considering our borders as the Southern borders of the European Union, even if recognise that this perspective has to be strengthened and must become part of structural EU policies.

We believe that the EU States must share proportionately the burden of welcoming, caring and settling the refugees arriving in Europe as a result of wars and tension close to our borders, as well as the persisting labour migrations from Northern Africa and the Sub-Saharan region. We disagree strongly with unilateral actions such as closing borders and with attempts of governments to exempt themselves from this shared burden.

We believe that the immediate and long-term solution to the refugee flows must respect the principles of fundamental rights, International law, and the Geneva Convention on the status of refugees. The solution should also address the root causes of inequality and conflict. We also believe that all conflicts must be resolved on the basis of International Law, human rights principles and the pertinent decisions of the United Nations. We consider essential that the EU sets up specific measures to support those countries of first entry facing migration and refugee flows, including financial aid and the exclusion of costs sustained by Governments from the Stability and Growth Pact.

We believe that the Dublin Treaty revision must start immediately and that the Schengen Treaty must be considered indispensable to the EU acquis.

We believe that in order to build a better Europe, based on common and shared values, solidarity and cohesion, the time has come to revise the economic policies prescribed by the European authorities and to strongly support a development agenda. Such an agenda should pay particular attention to the States facing the refugee and migration flows, in addition to the serious adverse economic and social problems created by the global financial and economic crisis.

We believe that the EU and the member states must take coordinated action in order to prevent security threats, stabilize the region and enhance regional cooperation.

We believe that the European Parliaments should create permanent mechanisms of discussion, coordination, decision, action and policymaking in relation to common interests, challenges and priorities. The Group Med of Foreign Affairs and Defence Committees is a first step towards this direction.